

ARTIGO

DOS LUGARES DE MEMÓRIA AO PATRIMÔNIO: EMERGÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DA 'PROBLEMÁTICA DOS LUGARES'¹

FROM REALMS OF MEMORY TO HERITAGE: EMERGENCY AND TRANSFORMATION OF THE 'PROBLEM OF PLACES'

FRANCISCO DAS CHAGAS F. SANTIAGO JÚNIOR*

RESUMO

A historiografia francesa legou a noção de lugares de memória, elaborada Pierre Nora como uma “problemática dos lugares”. A metáfora surgiu como uma heurística da memória nacional francesa, contudo, acabou por monumentalizar a si própria. No início do sec. XXI, entre história e memória emerge o patrimônio, a qual introduziu uma economia diferenciada do passado como história pública no mundo globalizado. Aborda-se a emergência e transformação da problemática dos lugares e sua relação com o patrimônio. A hipótese teórica levantada é que no atual quadro da historiografia, a problemática dos lugares sofreu um deslocamento por estar relacionada com a epistemologia do patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Lugares de memória; Pierre Nora; Patrimônio e memória.

ABSTRACT

The French historiography bequeathed the important principle of sites or realms of memory as the “problem of places”. The metaphor emerged like a heuristic to the French national memory, however, also turned out monumentalize their objects. In the early twenty-first century, between history and memory came the heritage, notion that introduced a differentiated economy of the past as a public history in the globalized world. This text aims to understand the emergence and transformation of the problem of the places and its relation with heritage. The hypothesis in theoretical research is that in the current framework of historiography, the problem of places suffered a severe shift because of the epistemology of heritage.

KEYWORDS: Realms of memory; Pierre Nora; Heritage and memory.

Muito foi (e é) dito sobre a ideia dos lugares de memórias, principalmente a partir do momento em que a discussão da memória tornou-se inescapável, notadamente nos últimos anos.² A memória entrou no debate historiográfico por muitas vias, destacando-se, no Brasil, sua incorporação via história oral na metodologia da pesquisa histórica. Entre os tópicos mnemônicos que mais tiveram destaque, os lugares de memórias tomaram forma de jargão, principalmente por instrumentalizarem a simpatia dos historiadores desejosos de entender e “dar voz” às populações que não teriam história, aqueles que outrora os historiadores chamavam dos “excluídos da história”.

O interesse da historiografia parece ter sido transformar a memória em fonte histórica, apreciando o fenômeno mais pelo aspecto dos métodos e limites desta “nova” fonte (discussão fundamental da história oral, metodologia de investigação por excelência), e menos por sua dimensão processual. Por meio do testemunho oral, os subalternos poderiam ter “o direito à memória” e os historiadores poderiam se aproximar do presente. Este “direito” consolidou uma nova perspectiva das ciências humanas, as quais se aproximaram das questões da memória por meio de um princípio ético-epistemológico de fazer dela a matéria-prima por meio da qual os subalternos poderiam adquirir visibilidade social, participando inclusive do reforço de uma cultura cidadã. Imaginados como uma história da história na França, os lugares de memória, no Brasil, entraram como reforço na elaboração das histórias dos oprimidos.³

Cumprir entender como o lugar de memória emergiu como uma problemática historiográfica e em que medida ele se relaciona, atualmente, com a crescente epistemologia do patrimônio, o qual hoje ocupa um dos núcleos principais das formas públicas de história no mundo globalizado. De início deve ficar claro que o lugar de memória foi uma abordagem francesa, criado por Pierre Nora e assumido por

uma série de outros profissionais (historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etc.), a fortuna da expressão explica-se pelo largo alcance da historiografia francesa no ocidente, notadamente no Brasil.⁴ Este texto seguirá a elaboração da ideia, suas alterações e sua aproximação com seu concorrente atual nas preocupações historiográficas, o patrimônio, palavra chave no debate sobre a memória social na atualidade.

Este texto trabalha a hipótese de que desde a consolidação da discussão sobre o patrimônio, tanto na Europa como no Brasil, a partir do início dos anos 1990, deslocou-se a problemática dos lugares de memórias. Os historiadores parecem ter se apropriado do patrimônio por meio da noção dos lugares de memórias.⁵ Hoje em dia, quase a constituir uma “patrimoniografia”, o campo das discussões patrimoniais deu novas dimensões ao anterior “direito à memória” – o patrimônio foi incorporado à esfera pública e às humanidades como forma social de afirmação política de comunidades variadas. Propôs-se, justamente, como uma forma de história pública da sociedade. Não deixa de ser sugestivo, por exemplo, que autores como Gerald Zahavi cheguem a listar entre as áreas de concentração de atuação da história pública o que ele chama de “estudos do patrimônio e dos lugares de memória”,⁶ e que, Jill Liddington ao atribuir ao estudo da história pública uma preocupação com a maneira “como adquirimos nosso senso de passado”,⁷ aponte entre suas configurações a relação entre patrimônio e memória.

Em princípios do século XXI, os conceitos de história, memória e patrimônio começaram a ser repensados numa tentativa de assegurar a especificidade e a aproximação entre eles. Numa recente coletânea, Izabela Tamasso⁸ viu-se obrigada a discutir todos os termos da questão, invocando diferenciações dos lugares de memória, da história, da memória e do patrimônio. Para os historiadores do século XX, em especial, desde o princípio, a necessidade de diferenciar a história da

memória fora basilar, principalmente porque esta se manifestaria pela afetividade “fiel e móvel” ao passado.⁹ O avanço da “patrimoniografia” (como veremos adiante) ganhou uma primazia epistemológica sobre os lugares de memórias, do museu e do arquivo¹⁰ e mesmo estes, cada vez mais, ameaçam serem transformados em subdisciplinas do patrimônio.

Este texto é partidário de que as diferenças entre as operações temporais que constituem o regime de memória da atualidade não podem ser resumidas numa sobreposição entre história, memória e patrimônio.¹¹ Uma vez que neste debate os lugares de memórias sempre retornam, pelo menos do ponto de vista do historiador, e que fora a partir deles que a historiografia tomou nota de uma série de aspectos sobre si própria, cumpre entender o conceito, aproximá-lo e diferenciá-lo do patrimônio, do arquivo e do museu.

Da história e memória ao lugar de memória

Devemos ir à historiografia da França para entender a emergência do lugar de memória. A sociologia francesa já transformara a memória em tema, quando Maurice Halbwachs realizara um salto epistemológico ao considerar que mais do que faculdade humana interior, a memória era marcada por um funcionamento coletivo. Anos depois, historiadores do imediato ou do tempo presente, um campo inicialmente de tímida emergência, fizeram usos de testemunhos orais e por isso, aproximada pela metodologia da história oral, a historiografia teve que organizar a memória como fonte histórica.

Segundo Henri Rousso,¹² pode-se distinguir três focos principais pelas quais a historiografia desenvolveu a história da memória: a primeira e mais antiga, que diretamente retomou Halbwachs, contempla a apropriação da história oral e a consideração dos testemunhos por meio de memórias, diários íntimos, entrevistas, etc. Esta corrente teve um

impacto fundamental ao explorar os soldados rasos e os excluídos numa investigação do passado a partir dos sujeitos no presente, modificando a história das mulheres e do gênero, das minorias étnicas ou culturais, numa vertente de cunho sociológica e antropológica. A segunda corrente é nosso foco neste artigo e refere-se à forma como uma sociedade lê seu próprio passado e cuja metáfora paradigmática fora o “lugar de memória” (*lieu de mémoire*) de Pierre Nora. Marcadamente historiográfica, tentou compreender a historicidade da relação com o passado partindo da marcação do sentimento de continuidade e descontinuidade nacional. A terceira, que não nos diz respeito aqui, é a corrente que se vinculou à posteridade dos acontecimentos traumáticos e aos processos mnemônicos que os acarretam, sendo exemplar a memória do holocausto.

Como chamou atenção Fernando Catroga, desde as primeiras gerações dos *Annales*, os historiadores franceses faziam a distinção entre memória e história:

Também para Lucien Febvre (1953), ou para Marrou (1954), a memória sacralizaria as recordações, enquanto o discurso históricos constituiria uma operação intelectual crítica, que desmitificaria e secularizaria as interpretações, objetivando-as através de narrações que ordem causas e efeitos seqüenciais, de modo a convencerem que a sua *re-presentação* do passado é verdadeira [grifos e referências do autor].¹³

O verbete *Memória*, de Jacques le Goff, publicado originalmente no volume VIII da *Encyclopedia Einaudi*, em 1979, dava continuidade a essa posição, mas fazia-se também como um sintoma da emergência da nova problemática, tematizando, segundo o autor, a maneira como a memória surgira para as ciências humanas, notadamente à história e à antropologia. O texto de Le Goff caminhou, curiosamente, para uma apreciação dos diversos fenômenos mnemônicos em muitos tempos e sociedades, fazendo um painel enciclopédico, com o perdão do

trocadilho, que pouco dizia sobre o que significava transformar a memória em tópico ou mesmo o que significaria a memória “surgir para as ciências humanas”.¹⁴ Contudo, o texto esclarecia que as operações mnemônicas eram diferentes do próprio ato de historiá-las, uma vez que este último as transformaria em *objeto* e não o contrário. Em suma: o texto de Le Goff distinguia a história como disciplina e a memória como objeto de estudo.

Fora na diferenciação entre ambas de maneira a fazer da memória objeto (fonte ou fenômeno), que a historiografia francesa evitou que as aproximações mútuas sobrepujassem os dois termos. Pierre Nora seguiu nessa direção ainda em 1978, em pequena produção citada por Le Goff no texto mencionado acima,¹⁵ mas seria seu famoso *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*, publicado em 1984, que lançaria um novo problema e estabeleceria as diferenciações “definitivas” entre história e memória a partir da delimitação dos “lugares de memória”.¹⁶ O texto era a introdução do primeiro dos sete brochuras do *Lieux de mémoire*, conjunto de volumes que seria publicado entre 1984 e 1993, sendo que os três primeiros estavam relacionados a um seminário organizado por Nora junto à Ecole de Hautes Etudes alguns anos antes.

Sendo este o texto fundamental, será apreciado com vagar. Nora considerava que seu momento de escrita (início dos anos 1980) era testemunha de uma aceleração da história e um esfacelamento da memória. A crise da história seria ilustrativa da própria crise da memória, pois uma vez que se falava muito de memória era porque esta se encontrava numa situação crítica. Neste cenário proliferaram os lugares de memórias, sítios reais ou imaginários, materiais ou imateriais que possuíam caráter compensatório. A memória em si já não existiria, uma vez que os meios e suportes convencionais haviam se rompido, sendo que os lugares vieram ocupar seu posto rarefeito.

Nora postula uma consciência de ruptura com o passado, uma quebra da continuidade, cujo efeito é esfacelar a memória, a qual dependeria da continuidade. O autor francês fez diferenciações cujo alcance epistemológico fora descomunal para o futuro da historiografia: a memória é uma vivência do passado o qual é presentificado como continuidade. Ela desloca-se de maneira afetiva, quase mágica, entre a lembrança e o esquecimento, emergindo de um grupo social para manter-lhe os vínculos. Sua característica fundamental é ser múltipla e desacelerada. Contrasta-se, portanto, com a *secura* da história (estariamos mais corretos se a chamarmos de historiografia), a qual é uma reconstrução problemática que não pertence a ninguém (a memória é, lembremos, sempre de alguém ou grupo) cujo fim último é construir rupturas e relativizar a própria memória. Trata-se de uma operação de exorcismo do passado, pois ao inserir os objetos e o mundo na diferença temporal não deixa incólumes os laços afetivos e mágicos da memória.

Evidente que para Pierre Nora, a história tem, idealmente, uma relação de diferença e contraste, mesmo de oposição e resistência à memória. Na verdade, o esfacelamento da memória é responsabilidade das transformações da sociedade industrial que destruíram os velhos suportes mnemônicos e criaram a história. Funcionando como mecanismo da própria civilização, a história fora um dos agentes da perda da memória, proposta como construção da distância temporal e conceitual por meio do rastro e do método. O conhecimento histórico refez a relação das sociedades com sua memória, deslocando o trinômio passado-presente-futuro. Novos atores emergiram, velhas memórias perderam força, a aceleração social dilapidou memórias orais e novas formas de construção de vínculos sociais tornaram-se necessárias.

Entre estas formas estão os *lugares de memória*. Sua origem é antiga, mas sua significação na sociedade industrial é diferente. Para Nora, a história do século XIX era uma história-memória baseada na

comunidade nacional. Esta foi a primeira matriz de lugares de memória com a criação de museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, monumentos, santuários. Estes lugares e práticas passaram a ocupar os rituais das sociedades industriais, as quais não possuíam rituais mnemônicos espontâneos. Eles produziram um novo tipo de memória, qual seja a memória-arquivo, segundo o princípio de que determinados lugares permitem que o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa.

A memória-arquivo, inicialmente nacional, transformou as sociedades industriais em produtoras de vestígios que permitiam operações temporais que não eram memórias espontâneas, mas sim próteses, memórias artificiais. Multiplicaram-se inclusive os profissionais que podiam cuidar destas memórias, os homens-memória que trabalhavam nos lugares de memórias (historiadores, arquivistas, museólogos, arqueólogos, bibliotecários, etc.), os quais colocavam em ação uma memória-dever com uma nova individualização do eu e atomização da memória em vários lugares. O resultado final é que o passado, o qual nas sociedades pré-industriais fora visto como continuidade, passara a ser produzido como “outro”.

Percebe-se que Pierre Nora concebe que monumentos, arquivos, museus, festas, calendários, aniversários ocupam uma posição epistêmica alinhada ao redor do princípio dos lugares de memória, tanto sítios materiais como práticas imateriais que de alguma forma permitiam operações mnemônicas. Todos eles são marcados pela *vontade de memória*, ou seja, por transformarem a operação da rememoração em algo fundamental. Segundo Margarida Neves,¹⁷ os lugares de memória não apresentariam um valor heurístico, mas unicamente um foco de problematização dos laços de memória no contexto histórico contemporâneo, contudo, não há como negar a flexibilidade da noção

no discurso historiográfico, a qual popularizou uma topografia da memória na era dos arquivos.

É preciso lembrar que Pierre Nora era importante editor e autor de inúmeros artigos sobre arquivos e teoria da história. Segundo François Dosse,¹⁸ no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o historiador francês despertara um interesse sobre os arquivos que o levaria a indagá-los, uma década depois, sob o signo do lugar de memória. O “momento Nora” da historiografia francesa, como chamou Dosse, realizou-se no seminário sobre história do presente da École des Hautes Études em Sciences Sociales, entre 1981 e 1993, do qual emergiu a coleção *Lieux des Memoire*, especificamente seus primeiros tomos. A introdução dúbia de Nora, que enfatizava o problema da memória a partir da emergência dos lugares dotados de vontade de memória numa sociedade historicizante, dava mote e um conjunto de textos que, na mesma medida em que questionava a nação por seus lugares, realizou sua monumentalização, tornando-se a expressão “lugares de memória” um estímulo para sua própria fabricação. O lugar de memória surgia assim cooptado pela vontade de memória da nação e “um investimento significativo dos poderes políticos na escrita da história”.¹⁹

Não há necessidade de fazer a diferenciação aqui entre os lugares materiais, simbólicos e funcionais proposta por Pierre Nora. Basta lembrar que o autor apresentou o tópico como a abertura para uma coleção de muitos títulos que abordaria também a diversidade das comemorações francesas para o aniversário da revolução francesa de 1989. Desta forma, o historiador criou um tropo para tentar alinhar estas práticas investigativas da rememoração que construía ancoragens definidas em sítios delimitáveis. Está claro, portanto, que Nora não imaginou o limite de sua discussão, afinal o que propôs foi definir a história como uma operação que condicionou a memória a trabalhar em sítios definidos que tiveram por consequência maior esfacular a própria

rememoração social, a qual o historiador pode seguir por meio da fórmula heurística do lugar de memória. Krzysztof Pomian assegura que este foi um dos objetivos de Nora e sua equipe desde o início: “sua inovação consiste em haver descoberto a história dos monumentos como um campo objetal da historiografia”.²⁰

Entre história e memória era um texto melancólico sobre uma memória perdida, idealizada em sua afetividade, bem como não necessariamente otimista com as novas formas de memória contemporâneas. Para Nora, a existência dos lugares de memória e a discussão de um direto à memória eram um problema, no mínimo, de pesquisa, pois na verdade se tratavam de sinais da perda da memória e não de sua recuperação. Enquanto a maioria esmagadora da historiografia se apropriou da discussão celebrando o encontro com os lugares de memória, principalmente das comunidades subalternas, imaginando-o para conceber positivamente os novos arquivos que poderiam permitir novas histórias, Nora não celebrava (então), mas apontou que o fenômeno era um sinal a ser compreendido. A “problemática dos lugares” transformava a memória nacional num tópico de pesquisa²¹ por meio de uma metáfora espacial útil para capturar variadas práticas sociais. A memória continuava objeto da história, mas agora em relação dialética com ela, alimentando-a na busca pelas histórias.

Para compreender a heurística dos lugares é preciso observar o contexto historiográfico no qual Nora escrevia. Sua decepção com as memórias perdidas e então esfaceladas, sua compreensão da história como operação de exorcismo do passado e sepultamento estão relacionadas à virada linguística na historiografia francesa na qual a história virara “operação” e o passado um fardo do qual se poderia libertar. A crise econômica da França nos anos 1970, a crise política inaugurada pelo vazio deixado por De Gaulle, segundo o próprio Pierre

Nora,²² levaram a uma crise da história francesa, na medida em que permitiu aflorarem as decepções nascidas na perda da França de seu papel de vanguarda mundial depois que o país fora reduzida a uma potência regional. Uma vez que a história da França ocupara, enquanto gênero historiográfico, um papel fundamental na elaboração da *francesidade*, este modelo (em crise) seria a base da concepção de história de Nora.²³

Um dos limites da “problemática dos lugares” *tal como elaborado por Nora* fora subsumir uma variedade imensa de fenômenos a um modelo discursivo da história, colapsando a especificidade da questão do monumento, do museu ou das festividades, por exemplo. A história como construtora da distância baseada numa epistemologia do rastro, ideia contida no texto de Nora, fora montada em cima das noções de história como texto, de métodos históricos pouco sensíveis às especificidades do rastro em sua diversidade. O modelo de escritura de *Entre mémoire et histoire* propunha a cultura histórica das sociedades industriais e a diversidades de seus “lugares de memória” quase como gêneros proto-historiográficos.

Tratava-se, contudo, de um historiador atento e aberto à discussão teórica e metodológica, vivenciando o esmigalhar da história entre temas e abordagens aparentemente sem limites, a profusão infinita de fontes e os assédios das reflexões de Paul Veyne, Michel Foucault e Michel de Certeau na investigação das bases discursivas da epistemologia da história. A “problemática dos lugares” visou fazer Clio tutelar a própria mãe, Mnemósine, fazendo desta um tópico da historiografia ao conceber a história do lugar de memória como uma história da história.

Frequentemente, os diagnósticos do “estado da arte” da historiografia do final do século XX e início do século XXI apontam numa mesma direção: na época do lançamento dos últimos tomos da coleção dos *Lieux de mémoire*, em 1992, como o próprio Pierre Nora

chamara atenção, a França vivia um momento patrimonial. Um ano antes, Françoise Choay,²⁴ refletindo do ponto de vista da arquitetura sobre que o chamou da “competência de edificar”, afirmava que o patrimônio se tornara uma grande “Arca” pronta a estender seus limites numa inflação sem controle que engolia todos os bens culturais. Nos anos seguintes, muitos analistas do que podemos chamar aqui de cultura histórica ou memória social francesa, tais como François Hartog e Paul Ricoeur, chegavam a reflexões semelhantes, apontando-se uma “febre do patrimônio”.²⁵ A dinâmica deste avanço inflacionário deve ser compreendida em sua relação com os lugares de memória, afinal cumpre esclarecer a emergência do patrimônio como forma cultural dominante e a maneira como deslocou a noção elaborada por Nora.

Tais análises avaliam o conceito de patrimônio por meio de um posicionamento historiográfico que o idealizam – pelo negativo. Cumpre, portanto, compreender o patrimônio no final do século XX, considerando-o do ponto de vista de sua própria epistemologia.

Um novo desvio a partir do patrimônio

No final do século XX o patrimônio sofreu uma grande inflação. Não há espaço aqui para reconstruir sua grande genealogia desde o século XVI, mas podemos dizer que o *culto moderno dos monumentos* como chamou Alois Riegl, no decorrer do século XX deixou de ter uma implicação de herança para ser articulado tanto na esfera pública como para os profissionais da área (arquitetos, antropólogos, sociólogos, historiadores, gestores culturais) como um componente cultural do pertencimento de uma comunidade política. O modelo decisivo de instauração ritual memorial patrimonial fora o culto laico da nação pelo *monumento histórico*, organizado de maneiras diversas e dispersas no decorrer do século XIX. O monumento histórico foi o resultado de um

deslocamento de significação fundamental pelo qual um objeto/construção tornou-se sinal de algo mais do que sua função original previa.²⁶ Se o monumento (trazer à memória) é uma constante cultural universal humana, o monumento histórico é um tipo de artefato ao qual fora associada uma semântica historicista, na medida em que algo passara de sua função inicial na cultura para uma (nova) função memorial histórica.

A noção de monumento histórico fora assim contemporânea da formulação da ciência da história. Por isso na perspectiva de Pierre Nora estes monumentos históricos seriam uma evidência dos lugares de memória relacionados à nação e são listados ao lado dos muitos exemplos materiais de lugares de memórias em *Entre mémoire et histoire*. A conclusão evidente é que o patrimônio, neste sentido, seria um lugar de memória, não a própria memória.

Ou não? A história do monumento histórico demonstra que o patrimônio emergiu no século XIX, embora sua caracterização epistemológica só tenha se consolidado, de fato, a partir de 1900 nos famosos escritos de Alois Riegl, Camilo Boito, Cesare Brandi, etc.²⁷ Essa mesma história também aponta que o monumento histórico concorre com várias impressões memoriais contemporâneas, sendo que uma das mais importantes fora a semântica da *ruína* e do vestígio, a qual antecedeu ao monumento histórico. Segundo Salvatore Settis, a ruína teria se configurado na tradição ocidental pelo “retorno ao Antigo” empreendido por alguns grupos sociais europeus, tais como os humanistas renascentistas²⁸ que começaram a fazer uma busca, catalogação e elaboração de conhecimento sobre ruínas romanas e gregas. A ruína, neste sentido, resultara de um esforço semiótico anterior ao do monumento:

A ruína é, em si, um modo de conhecer o passado. A percepção das relíquias, aparentemente, é tornada mais simples pela clara diferença

entre as ruínas e o mundo atual, entre seus materiais e modos de representação tão diversos e tão ambicionados pelos atuais. As ruínas habitam simultaneamente dois tempos, o corrido e o presente. As ruínas atendem às funções de antiguidade, continuidade, finalismo e sequência do passado, ou seja, não somente colocam aquele que as admira como herdeiro daquela criação como une aqueles dois momentos, passado e presente.²⁹

A ruína não nasce pela lembrança, mas ancora perturbações nos movimentos da memória e da história, mostrando o passado visível em sua presença e pronto a ser revivido³⁰ conforme as necessidades do momento. A noção de revivificação não deve ser entendida como um engano teórico da discussão memorial, mas sim como uma categoria antropológica, dotada de sua própria *positividade*,³¹ pois permite pensar que o passado é concebido como convocável pelos sujeitos do presente para mostrar/dizer ao homem o seu próprio tempo. A ruína atravessou a trajetória da construção do patrimônio histórico e artístico, invenção do século XIX, o “século da história”, que tentou absorvê-la a partir da montagem de uma coleção previamente determinada do que poderia ou não ser elegível como vitrine/rastro visível das comunidades políticas. Isso quer dizer que embora houvesse ruínas que pudessem remeter a vários tempos, apenas algumas delas seriam convertidas em monumento histórico e artístico.

Muitos estudos parecem concordar que o patrimônio surgiu como uma pedagogia da nação, uma prova visível da ancestralidade e da perenidade da comunidade nacional.³² Contemporâneo das muitas “invenções da tradição” do XIX,³³ o patrimônio emergiu num cenário da reformulação de referenciais civis pela expansão dos princípios de pertencimento fundados na noção de sujeitos políticos, antes circunscritos apenas à velha aristocracia, e conforme se avançou do XIX para o XX, numa expansão (ainda restrita) da cidadania. Ainda assim, foram os artefatos e ruínas herdados da aristocracia clerical, militar,

masculina e eurocêntrica que serviram para formular as ideias de nação como corpo espiritual laico do mundo capitalista europeu.

A trajetória do monumento histórico ajuda a perceber as dificuldades da aplicação do conceito de lugares de memória de Pierre Nora ao patrimônio. Contra o consenso de que o patrimônio seria inevitavelmente um lugar de memória, muitos trabalhos apontam que tanto no passado como hoje em dia, mesmo a memória histórica e os bens patrimoniais tendo funcionado para materializar a nação, “uma vez patrimonializado, o bem cultural deixa de se submeter à dinâmica da memória, pois fica menos sujeito às revisões e aos escrutínios”.³⁴ Isso explica, em parte porque apenas algumas das ruínas foram privilegiadas como lugares de memória no sentido atribuído por Pierre Nora, ou seja, dotadas de vontade memória, tais como os restos romanos e gregos (na maioria dos países europeus), os restos góticos (notadamente na Inglaterra, França e Alemanha) ou os restos coloniais sertanejos (barroco mineiro, no Brasil). Muitas ruínas existiam e foram ignoradas na classificação patrimonial, embora não perdessem a sua potência memorial. No caso brasileiro, os debates sobre a fundação do SPHAN e a concentração de seus esforços preservacionistas num idealizado barroco mineiro³⁵ em detrimento dos artefatos do litoral, do norte e do nordeste do Brasil são ilustrativos de como ruína e patrimônio têm tido uma relação oscilante na história brasileira.

O patrimônio emerge, na abertura do século XXI, como invenção exportada da Europa na medida em que visa parece englobar todas as outras invenções do passado que lhes são contemporâneas. Mas o conjunto de sentidos por ele produzido não advém apenas de um princípio de “vontade de memória”. Pelo contrário, nasce dos valores de uso diversificados que serão atribuídos pelos sujeitos. Os bens patrimoniais, portanto, compreendem e funcionam *também* como suportes mnemônicos e mobilizam valores de memória de variados

tipos, sendo os mais famosos aqueles apontados por Alois Riegl numa conceituação que tem sido atualizada por muitos autores dos estudos patrimoniais:³⁶ valor de antiguidade (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade marcar a passagem do tempo universal e físico), valor de comemoração (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade elaborar um sentido de continuidade com um passado a ser retomado), valor histórico (o objeto permite ao indivíduo ou coletividade construir uma narrativa para o próprio passado do qual é prova).³⁷ Como chamou atenção Annateresa Fabris,³⁸ uma das qualidades da taxionomia flexível de Riegl e sua teoria dos valores é reconhecer que o valor geral do monumento histórico oscila, caso a caso, entre os valores de memória e os valores de uso circunstanciais atribuídos por numa dada sociedade. A própria ideia de um *monumento histórico e artístico*, ilustra uma tensão semântica original, na medida em que atribui um valor de memória dotado de uma narrativa (histórico) com um valor estético significativo apenas para seu presente (artístico). O bem patrimonial não é dotado de um valor intrínseco homogêneo, mas indexado de aspectos mnemônicos e não mnemônicos em múltiplas relações que disputam o mesmo bem cultural.³⁹

Os valores não mnemônicos são de ordem variada e correspondem a pragmática do uso e significação social atribuído pelas sociedades aos bens patrimoniais. Como dito assim, o valor de arte de um prédio ou manifestação cultural, por exemplo, é um valor de novidade, não de memória. Atribuir uma excelência artística a um objeto é uma preocupação do homem no presente. Da mesma forma, muitos objetos e práticas são definidos pelo seu uso cotidiano tais como o uso religioso, o uso político, o uso comercial, o uso turístico, etc. Tais *valores de novidade*, uma nomenclatura atribuída pela primeira vez por Alois Riegl também, correspondem às múltiplas aplicações que um bem cultural é capaz de gerar um *misto entre legado e relação de pertencimento comunitário* – a

base da epistemologia patrimonial. Os monumentos e bens patrimoniais em geral apresentam além de seu aspecto memorial valores voltados ao exercício da vida pública cotidiana. Esta é conflitante, ambígua e frequentemente gera mitologias do passado para poder articular relações sociais no presente.

A tensão entre memorial e novidade no patrimônio sofreu importantes deslocamentos após a Segunda Guerra Mundial. Na maioria dos países ocidentais as semânticas da ruína, bem como a do monumento histórico, do museu e dos arquivos foram sendo aproximadas pela discussão patrimonial. Quando a noção de *patrimônio cultural* foi lançada, nos anos 1950, primeiro na França,⁴⁰ e iniciou-se a culturalização do debate sobre preservação não mais de monumentos históricos e artísticos, nomenclatura que cairia em desuso, mas de *bens culturais*. Ou seja, paulatinamente ocorreu a antropologização das noções de patrimônio,⁴¹ uma alteração conceitual tanto na esfera pública como na academia a partir da noção de *cultura*.

Sugere-se aqui a hipótese de que fora no cenário do debate sobre o poder memorial dos locais e das práticas culturais e na propagação da ideia de *patrimônio cultural* que a metáfora do lugar de memória, na França, pôde florescer. Jacques Revel, François Hartog e Paul Ricoeur já observaram a interrelação entre o Ano do Patrimônio, comemorado em 1980, na França, e a própria gênese dos *lieux de mémoire*. Nenhum deles, contudo, explorou este dado a partir da semântica patrimonial. Desde os anos 1960 muitos debates políticos sobre a representação das minorias nacionais, étnicas, sexuais, raciais, etc., configuraram uma demanda por memória ampla permitindo formar aquilo que Paul Ricoeur e tantos outros chamaram de o “direito à memória”. Este cenário de reivindicação parece, em parte, ter sido o responsável pela notoriedade da memória. A expansão do patrimônio acompanhou e superou, contudo, seu aspecto memorial e passaria a apresentar um princípio

material, simbólico e funcional de rememoração e preservação, envolvendo desde manifestações culturais (celebrações, calendários, práticas, danças, comidas, saberes) aos artefatos materiais. Muitos documentos da UNESCO e do ICOMOS⁴² passaram a investir em conceitos ampliados de patrimônio e que tentavam contemplar certa pragmática pública da identidade cultural.

Junto ao aspecto memorial do patrimônio consolidaram-se os seus valores de uso amplos e o próprio “direito à memória” poderia ser exercido como princípio de cidadania e da conquista de outros direitos sociais pelos grupos sociais. Aqui uma inversão parece ter ocorrido: de filho pobre da ciência da história, o patrimônio passaria a envolver diversas instituições, convocando inclusive a historiografia na reconstrução da memória social. A história pode funcionar como delimitadora dos aspectos sondáveis e reconstrutíveis do passado histórico para que os sujeitos sociais pudessem posicionar-se frente seu próprio trajeto no tempo. Como consequência, a reconstrução do passado via patrimônio faz com que frequentemente os grupos sociais incorram em “erros históricos”, construindo mitologias necessárias para manter a valorização do bem selecionado.

A abertura para a cultura do patrimônio demonstra que o lugar de memória, em vez de um ritual de uma sociedade com memória fraturada, é um exercício múltiplo de formação dos passados das diversas comunidades políticas. A julgar pelas observações de Aleida Assman,⁴³ a memória cultural ocidental sempre fora praticada de maneira diversa e fragmentada, embora, aparentemente, apenas a partir do século XIX tenha sido marcada por um princípio de arquivamento, da guarda e da produção do conhecimento do passado segundo premissas laicas, típicos dos sistemas artificiais da memória ocidental após a revolução industrial.

Não é por acaso que historiadores como François Hartog observam com desconfiança que a sociedade do “direito à memória” evoluiu para a “obrigação do patrimônio”,⁴⁴ lamentando os lugares da memória terem sido “engolidos” pela epistemologia do patrimônio, a qual contém valores mnemônicos que concorrem de maneira desigual com valores não-mnemônicos. Essa talvez seja a diferença da historiografia para os outros campos do conhecimento: ela tentou (na França) articular a pedagogia pública do passado do patrimônio por meio do conceito de lugar de memória, transformando-o numa nova espécie de escrita da história. A distinção história e memória, base da noção de lugar de memória, é o fundamento da classificação de um objeto (o patrimônio) que excede tal estrutura:

O patrimônio cultural independe de uma metáfora espacial explícita e tornou-se um conceito com valor e alcance heurístico jamais igualado, uma vez que englobou as diversas modalidades de bens culturais pelos quais os grupos sociais podem explorar seu capital simbólico como estratégia cultural. Hoje construir o patrimônio permite ancoragens de pertencimentos em diversos níveis sociais – os grupos sociais querem que ele funcione como direito cultural, como aspecto de sua cidadania. Pierre Nora reconheceu que surgia uma história-patrimônio como diagnóstico da nova era patrimonial.⁴⁵ Já deve estar claro que o patrimônio é uma referência epistemológica pública e não apenas historiográfica.

Apesar de o patrimônio ser uma das esferas fundamentais da história pública contemporânea, seu alcance transcendeu o esforço memorial, embora tenha nele uma de suas bases. Frente à hipertrofia patrimonial do início do século XXI evidencia-se a emergência de uma nova caracterização daquilo chamado por Pierre Nora de lugares de memória, entre eles o museu e o arquivo. Este último, talvez, se defina

menos por aquilo que nele se guarda e mais pela técnica e processo de arquivamento relacionado aos jogos de poder, às necessidades dos grupos interessados e às éticas da memória atuantes num meio social, que determinam e decidem o que será ou não guardado.⁴⁶

Os arquivos, museus, acervos em geral, monumentos e bens imateriais tornam-se assim instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo. O próprio patrimônio pode ser concebido como um processo contínuo de sistematização de coleções públicas e distribuição de conhecimento que permite aos sujeitos e grupos sociais mediar as relações entre si mesmos a partir de aspectos destacados dos bens culturais. Desta maneira o patrimônio – esta característica salta aos olhos – oscila entre significações plurais, concomitantes e frequentemente conflitantes.⁴⁷ Atualmente, quando o patrimônio imaterial tornou-se uma categoria corrente que evidencia a convivência de inúmeros usos da cultura pelos diversos grupos sociais que realçam aspectos mnemônicos para construção de cidadania cultural, o patrimônio cultural é uma arena de disputas semânticas que envolve e transcende suas funções mnemônicas.

Aqui está um dos cerne da questão: a “patrimoniografia” tenta privilegiar a abordagem do patrimônio pela fusão de seu poder memorial e construção de cidadania cultural, direcionando assim a significação do passado e do tempo e o fenômeno cultural do patrimônio se define pelos múltiplos usos e valores atribuíveis que nele coexistem, excedendo o ritual memorial da sociedade sem ritual, como diria Nora sobre a problemática dos lugares.

Retornando à problemática dos lugares

Após a rápida investigação sobre o impacto epistemológico do patrimônio, retornaremos aos lugares de memória para observar em que

medida foram deslocados por aquele. Antes disso, é importante esclarecer que este artigo considera o lugar de memória como uma noção elaborada do ponto de vista da *teoria da história*, disciplina da historiografia dedicada à reflexão sobre a maneira como a escrita da história, o agenciamento de vestígios do passado e a elaboração de métodos de pesquisa histórica são concebidos na prática historiográfica. O próprio Nora, como já dito acima, já era autor de artigos sobre arquivo e epistemologia da história, ocupando assim um “lugar” – para usar uma expressão cara a Michel de Certeau – de historiador e teórico da história.

O lugar de memória era um objeto ambíguo: concebido como uma noção/metáfora heurística que se debruçava sobre certa economia do passado nacional francês em uma dimensão pública, envolvia uma série de instituições e fenômenos amplos, entre os quais estavam os hoje chamados de patrimônio cultural. A própria coleção dos *Lieux de mémoire* ocuparia um papel na esfera pública francesa, como deixa claro Nora na abertura do III, num texto intitulado sugestivamente de *Comment écrire l'histoire de France?* [*Como escrever a história da França?*]: “O verdadeiro problema posto por esta última parte de *Les lieux de mémoire* é saber – seria inútil dissimular – como escrever hoje em dia a história da França”.⁴⁸ Este texto de Nora reforça o fato de que era memória vista pela historiografia e se propunha como uma modalidade de história da França.

Os objetos-lugares mnemônicos ocupam funções formadoras da historicidade e terminam por transcender a própria historiografia e revelam outras formas de elaborar os regimes e orientações de tempo da contemporaneidade. Poder-se-ia pensar neste momento na noção do regime de historicidade de François Hartog⁴⁹ para articular o problema, mas seria temerário, como se verá a seguir, tentar resolver a questão por este rumo, uma vez que para o autor francês, severo crítico do momento

patrimonial francês e da “obrigação do patrimônio”, ignora as múltiplas significações do patrimônio na contemporaneidade e o concebe como um simulador comemorativo do passado.⁵⁰ Parece mais pertinente pensar que a teoria da história pode também pensar tais objetos e práticas como maneiras de fazer usos públicos do passado, o que permite tanto pensá-los da perspectiva da *história pública* como da *didática da história*, tal como concebida pela proposta hermenêutica de Jörn Rüsen – um conjunto de investigações sobre a formulação da consciência histórica, a qual também admite uma esfera pública.⁵¹

A epistemologia do patrimônio, vista por este ângulo, é novamente um deslocamento: se promove uma relação mnemônica, se surgiu como um suporte e adquiriu cidadania cultural frente às outras formas de relação com passado, tornado-se um dos focos da memória cultural contemporânea, suas possibilidades de significação excederam completamente sua origem e hoje englobam várias funções sociais para além do uso público da consciência histórica. O patrimônio está fora das formas convencionais da pesquisa, escrita e aprendizado históricos – objetos padrões da teoria da história. Justamente por isso, cumpre a necessidade desta desenvolver estratégias de como tratá-lo heurísticamente, tornando pertinente as noções de cultura histórica, história pública e didática da história como campos de problematização. Neste sentido, se a teoria da história oferece uma heurística mais ampla do que aquela elaborado nos lugares de memória, ainda assim, só numa perspectiva interdisciplinar ela conseguiria abarcar as implicações semânticas do patrimônio no mundo globalizado.

Dito isto, o problema fundamental de Pierre Nora foi reconstruir, nos idos dos anos 1980, a partir da história o problema da memória numa França em crise. Ao observar a totalidade das publicações dos últimos tomos dos *Lieux de mémoire* ao perceber que foram (re) construídos vários lugares de memória, seu editor fez uma

avaliação da trajetória da coleção em *Comment écrire l'histoire de France?*, em 1992, texto que deixou o tom melancólico da famosa introdução de 1984. O novo texto era ambíguo, a um só tempo crítico e algo satisfeito com seu empreendimento mencionando sua fortuna na França e em outros países com muitas *utilisations abusives* [utilizações abusivas] e *souvent fécondes* [aplicações fecundas].⁵²

Janice Gonçalves avisa-nos que o empreendimento editorial de Pierre Nora transformara-se num projeto difuso de patrimonialização.⁵³ Para o próprio Nora, a perda da memória da qual havia falado em *Entre mémoire et histoire* havia sido arrefecida pelo esforço monumentalizante dos autores na coleção *Lieux de mémoire*. Alguns importantes analistas observaram como esta *virada patrimonial* da história francesa do final do século XX estava no bojo de uma ruptura radical com a identidade nacional.⁵⁴ A construção de lugares de memória, segundo Jacques Revel,

rompe mais deliberadamente com o gênero da história da França: sua estrutura quebrada como a insistência sobre o trabalho central da memória na constituição dos lugares significativos de uma história a faz sem dúvida a obra que melhor explicitou e mais fortemente acompanhou a erupção memorial.⁵⁵

Também François Hartog fez uma apreciação sobre o *Lieux de mémoire*, indagando-se sobre o regime de historicidade presentista, que imediatiza o tempo. Tanto para Hartog como para Jacques Revel *patrimônio*, *comemoração* e *memória* definem o novo momento do passado na contemporaneidade francesa:

Três palavras resumem as mudanças: *memória*, mas trata-se de fato de uma memória voluntária, provocada (aquela da história oral), reconstruída (da história, para que se possa contar sua história); *patrimônio*, 1980 tinha sido decretado o ano do patrimônio. O sucesso da palavra e do tema (defesa, valorização, promoção do patrimônio) vai ao lado da crise da noção de “patrimônio nacional”; *comemoração*, “de uma comemoração a outra” poderia ser o título de uma crônica

dos últimos dez anos. Estes três termos apontam todos em direção a outro, que é seu foco: a identidade⁵⁶ [grifos originais].

Em 1992, em *Comment écrire l'histoire de France?*, Nora apresentou uma redefinição da noção de lugar de memória. O autor se perguntava se a noção não teria sido usada de forma abusiva e se seu projeto original, que consistia em fazer um diagnóstico histórico da memória francesa e um projeto historiográfico de investigação dos seus processos:⁵⁷

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os simbólicos sobre a base de que possuam “qualquer coisa” em comum. Esta qualquer coisa é que o faz ser o caso. É espontânea e faz mais ou menos sentido para todos. Ao historiador cabe analisar esta “qualquer coisa”, desmontar-lhe o mecanismo, estabelecer-lhe os estratos, distinguir-lhe as sedimentações e as correntes, isolar-lhe o núcleo duro, denunciar as falsas semelhanças (...). A identificação não é indiferente a conter a exumação, mas não é o principal trabalho do historiador. O que importa para ele não é a identificação do lugar, mas o desdobramento de que este lugar é a memória. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história. Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do *patrimônio memorial* de uma comunidade qualquer ()⁵⁸ [grifo nosso].

Como Gonçalves notou, ao analisar este mesmo trecho,⁵⁹ o uso do termo patrimônio era gratuito, afinal aproximava os lugares de memória e o patrimônio num sentido memorial. Não por acaso o autor usar os termos monumento (*monument*) e patrimônio (*patrimoine*). A consequência desta definição era dupla: por um lado, ligou o patrimônio com a memória coletiva; por outro, ao transformar o patrimônio numa questão de lugar de memória, tornou-o passível de *diagnóstico* e *objeto* de

um projeto de *investigação historiográfica*. Criou-se assim um terreno seguro no qual o historiador podia caminhar em seu debate com o patrimônio, classificando-o a partir de categorias conhecidas.

Janice Gonçalves assegura que o uso da expressão “patrimônio memorial” aproxima-se mais da noção de memória coletiva do que da de patrimônio cultural já corrente na época. A autora demonstrou como o termo patrimônio emergiu sem qualquer exclusividade na reflexão dos *Lieux de mémoire*, contudo, seu papel cresceu a ponto de, já em 1986, o historiador francês ter designado a memória-patrimônio como a transformação dos objetos e testemunhos do passado nacional em bem comum e em herança coletiva. A patrimonialização tornou-se a forma privilegiada de expressão da memória nacional.⁶⁰

A devastadora análise de Paul Ricoeur sobre os lugares de memória concluiu que estes caminharam rumo a um destino insólito de uma “nociva” perspectiva comemorativa-patrimonial:

Mas é a promoção do patrimônio e sua cristalização no “monumento histórico”, com sua topografia espetacular e sua nostalgia arqueológica, que marca a época, a “era da comemoração”: “o ‘patrimonializável’ tornou-se infinito”. O contra-senso sobre a própria noção de lugar de memória instaurou-se: de instrumento simbólico, cujo interesse heurístico era imaterializar o “lugar”, a noção tornou-se presa da comemoração de tipo patrimonial: “E o patrimônio passo diretamente do bem que se possui por herança para o bem que vos constitui”. Ao mesmo tempo, a história nacional e, com ela, a história como mito, foi substituída pela memória nacional, essa ideia recente. “Nação memorial” ao invés de e em lugar de “nação histórica”: a subversão é profunda. O passado não é mais garantia do futuro, eis a razão principal da promoção da memória como campo dinâmico e única promessa de continuidade.

61

Todos os trechos em aspas acima referem-se ao texto *L'ère de la commémoration*, de 1992 que conclui a coleção *Lieux de mémoire*. Ricoeur fez um apanhado de vários momentos dos textos estratégicos escritos por

Pierre Nora desde o primeiro *Entre mémoire et histoire* até os últimos acompanhando as alterações na percepção do autor. A análise fina de Ricoeur é, porém, apressada justamente num tópico que observa muito rapidamente, quando utiliza, em dois momentos o termo *cidadão* para descrever ao Pierre Nora historiador citando palavras do próprio: “À versão unidimensional imposta pela mitologia geracional, o historiador, ou melhor, provavelmente, o *cidadão no historiador*, opõe ‘a partilha entre o que só depende da memória geracional e o que só depende da memória histórica’” [grifo nosso].⁶²

No último parágrafo de sua apreciação dos insólitos lugares, Ricoeur recorre novamente a expressão. O historiador não mais trabalharia para decifrar a história, mas a memória da França:

Então, a noção de lugares de memória foi, no final das contas, mal escolhida? (...) O historiador não quer todavia, se perder no pesar e na nostalgia. Ele [Nora] prefere a réplica alta: “Ao autorizar a junção de objetos de naturezas tão diferentes [a expressão lugares de memória] permite, na explosão, a recomposição do nacional explodido”...

Assim, ao escrever, e ao fazer uma representação escriturária da subversão da “nação histórica” pela “memória nacional”, o *historiador-cidadão* resiste [grifo nosso].⁶³

A análise de Ricoeur identifica o elemento chave de uma noção de memória como *componente da cidadania*, mas demasiado distante de uma definição do que seria próprio da operação historiográfica. As reflexões de Ricoeur se encontram com as de Hartog na ansiedade do patrimônio, essa modalidade de “memória-história” que não trabalha nas qualificações do simples pertencimento afetivo ou mesmo na distância metódica. Subestimando o uso cultural da memória como uma nova forma de construção da cidadania e dos vínculos sociais, Hartog e Ricoeur alertam para o fato de que o historiador problematizador dos lugares pode se tornar um construtor de mitologias e simulações de

passado. Hartog ataca o momento patrimonial por instaurar um afastamento da história numa sinonímia entre comemoração e memória que nada tem de espontânea por estar alinhada nos jogos de poder sociais que se beneficiam dessa forma de memória/comemoração contemporânea. Em Ricoeur a sinonímia do lugar de memória com o patrimônio/comemoração fez da problematização da memória social o próprio monumento, tornado-se estranho, “insólito”.

Este tipo de reflexão não esta sozinha uma vez que muitos analistas mais radicais do efeito da patrimonialização na configuração das cidades e das práticas culturais chegam a conclusões semelhantes. Henri-Pierre Jeudy, por exemplo, tem se esforçado para mostrar como muitos bairros de centros urbanos europeus têm sido homogeneizados para simularem o “bairro histórico”, no qual a expressão “histórico” é um predicado que funciona apenas como um arremedo de uma memória que não é mais partilhada, que não aciona o pertencimento dos habitantes a sua própria cidade.⁶⁴ Jeudy lembra como o centro histórico é uma operação semântica, um sítio que é ressignificado e alterado para tornar-se um tipo de passado desejado, que frequentemente foi (é) higienizado, ou seja, muitas das construções de temporalidades diferentes são excluídas para corresponder a um ideal temporal homogêneo.⁶⁵ Os centros históricos europeus atuais, por exemplo, seriam cada vez mais parecidos, seguindo a febre mercantil patrimonial que homogeneiza a cultura em chave comercial, barrando a relação espontânea das pessoas com seus ambientes. Fica claro que para Jeudy o patrimônio é um equivalente do afastamento do cotidiano/memória ancestral em prol de uma memória simulada comemorativa.

O que Hartog e Ricoeur, em especial, não se perguntaram é se a patrimonialização da qual se queixam não teria se feito na emergência de consciências históricas sociais subalternas que usam das noções de legado, herança, tradição e patrimônio para mostrar que a sociedade

atual precisa de novos passados justamente porque os passados atuantes na esfera pública não reconhecem a diversidade dos sujeitos sociais. A palavra, para usar a expressão pouco explorada por Ricoeur, seria “cidadania”, a qual a despeito dos perigos e excessos da simulação implicam em usos múltiplos de passado.

Isso teria menos a ver com a modernização e a perda da memória (como queriam Nora e Hartog, cada qual a seu modo) do que com a consciência do olvido que pode ser combativo por uma rememoração, a qual ainda que problemática, não é necessariamente “nociva” ou “positiva”. Neste sentido, a aproximação incerta e ambígua de Nora e seus lugares com a memória-patrimônio é um sinal de como os lugares de memória tinham o potencial de ser concebidos como tecnologias mnemônicas relacionais, sujeitas a modalidades de problemas difusos que oscilam mais próximas dos diversos grupos sociais. Trata-se de um campo semântico público em fluxo, relacional, que aciona usos e simulações do passado, mas que visa fazer o que a história historiográfica não fora capaz de fazer até então: conferir passado àqueles que dele acreditam precisar e do qual ainda não dispunham.⁶⁶ Evidentemente, entre presentismos nocivos e novos passados públicos positivos é muito difícil *separar teoricamente os usos e os abusos públicos da memória e da história*.

Por um lado observa-se com Revel e Hartog como o patrimônio englobou a discussão dos lugares de memória; por outro, as discussões da chamada história pública apontam o protagonismo do patrimônio entre as formas de construção do sentido de passado coletivos.⁶⁷ Importante observar que havia um princípio de esfera pública na problemática dos lugares desde o seu início.

Se a historiografia não pode abrir mão de construir diagnósticos e demonstrar como o passado dos lugares de memórias e dos patrimônios resulta de faturas sociais; se os historiadores não podem se deixar seduzir pela patrimonialização, a qual, por vezes, incentiva o erro

histórico para desenvolver um bem cultural aparentemente homogêneo; é preciso compreender como age a ambígua relação entre patrimônio e historiografia, trabalhando no limite entre as operações de formação do sentido cultural do passado. Ora, isso não é o mesmo que “compreender a maneira como uma sociedade lê [e vê, acrescentaríamos] seu próprio passado, como o mantém, como o comemora ou esquece episódios de sua história”?⁶⁸ Este não era também o problema levantado por Pierre Nora?! Foram-se os lugares de memória, mas ficou a sua problemática [agora a do patrimônio]?!

Epílogo

Este texto não tenta criar conclusões, mas *encontrar* minimamente os problemas que o historiador da atualidade enfrenta na relação da história e da memória em meio à virada patrimonial. Nunca é demais relembrar que os “insólitos” lugares de memória de Pierre Nora não eram apenas um empreendimento que deslocou a escrita da história francesa. Tratava-se também de, ao situar uma heurística historiográfica, posicionar o historiador no que se refere ao cenário e ao papel formador da memória pública francesa no início dos anos 1980. A saída teórica-prática de Nora fora atribuir ao historiador um papel de consciência crítica da memória, de tornar-se um problematizador/guardião ao refletir sobre outros memórias. José Rylla lembra-nos que Pierre Nora trabalhou sobre a reflexividade da consciência histórica contemporânea, mostrando a relatividade dos passados construídos socialmente.⁶⁹

A contradição entre desconstruir os lugares e construir a escrita da história como o próprio lugar de memória comemorativo (“insólito”) fez parte do deslocamento do papel do historiador, que de bacharel/professor, salta a novas funções quando encaradas envolvem educação e gestão patrimonial ou em instituições de preservação.

Neste cenário, tanto a repetida expressão lugares de memória, os mais recentes empreendimentos da chamada história pública, bem a problemática da *didática da história* à Jörn Rüsen partem da teoria da história para tentar marcar a posição do historiador num mundo globalizado, profissional que hoje redescobre o papel público da história em outras modalidades de construção de senso de passado.⁷⁰

Não se deve esquecer, por exemplo, o poder classificatório da história pública, que como deixa claro Gerald Zahavi⁷¹ teve no patrimônio uma de suas origens, mas que agora reclassifica aquele a partir do ponto de vista da historiografia. Por outro lado, os estudos do patrimônio defendem-lhe a autonomia como forma cultural de significação múltipla, disputada, potencialmente plural que excede a dimensão mnemônica que também possui, como afirma Izabela Tamaso.⁷²

Já deve estar claro que a *problemática* do patrimônio hoje apresenta um desafio real (insólito?) ao conhecimento histórico. Pierre Nora não enfrentara uma questão meramente intelectual, mas buscava compreender uma modalidade de atuação do *historiador-cidadão* no agenciamento do passado público. No fundo, havia uma dimensão profissional que remetia ao que faz um historiador quando faz história de um lugar de memória, sobre um lugar de memória ou dentro de um lugar de memória. Transladado o problema para o patrimônio, a questão permanece aberta à reflexão: se a *problemática* é uma heurística para abordar como o passado é agenciado em instituições cada vez mais patrimoniais das sociedades globalizadas, o que faz o historiador quando faz história sobre, no e com o patrimônio?

Notas

* Doutor em História pela UFF. Professor da UFRN, Natal-RN

E-mail: santiago.jr@gmail.com

¹ As reflexões deste texto surgiram na prática nos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFRN. As propostas apresentadas foram desenvolvidas no Grupo de Pesquisa “Espaços, poder e práticas sociais” da UFRN. Agradeço especialmente a Margarida Dias de Oliveira e Juliana Teixeira Souza, companheiras de grupo de pesquisa e aos alunos da graduação e da pós-graduação da UFRN.

² Novas traduções têm aguçado uma tentativa de sistematização sobre o conceito, principalmente de autores como Luisa Passerini, Frances Yates e Aleida Assman.

³ Cf.: BOEIRA, L. F. Nora, Pierre. Présent, nation, mémoire. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 32, nº 63, 2012. pp. 441-444. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/23.pdf>. Acesso em maio de 2014; SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARRA, M. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004; SILVA, H. R. Pierre Nora – homo historicus. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 31, nº 61, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000100020. Acesso em abril de 2014.

⁴ Cf.: RIBEIRO, M. E. de B. Entre história e memória, o que mudou na História? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 8, nº 15, pp. 249-255, 1987/1988. MONTAÑO, E. A. Los lieux de mémoire: una propuesta historiográfica para el análisis de la memoria. **Historia y Grafía**, nº 31, pp. 165-192, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/589/58922941007.pdf>. Acesso em abril de 2014.

⁵ Cf.: OLIVEIRA, E. R. de. Memória, história e patrimônio: perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. **Fronteiras**, vol. 12, pp. 131-151, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1184/728>.

⁶ ZAHAVI, G. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, J; ROVAI, M. G. de O. (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. pp. 53-64, p. 62.

⁷ LIDDINGTON, J. O que é história pública. In: *Ibid.*, pp. 31-52. p. 34.

⁸ TAMASO, I. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. In: PAULA, Z. C. de (Org.). **Polifonia do Patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012. pp. 21-46.

⁹ LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 476.

¹⁰ Evidentemente reconhece-se que a arquivologia e a museologia são campos distintos, apesar da epistemologia do patrimônio estar crescendo em sua direção.

¹¹ TAMASO, I. op. cit.

¹² ROUSSO, H. Los dilemas de la memoria europea. In: DELCACROIX, C. et. al. (Org.). **Historicidades**. Buenos Aires: Waldhunter Editores, 2010. pp. 229-250.

-
- ¹³ CATROGA, F. A representificação do ausente. In: **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Lisboa: Almedina, 2011. [2ª Ed.] pp. 33-54. p. 34.
- ¹⁴ LE GOFF, J. op. cit., p. 366.
- ¹⁵ *ibid.*, p. 474.
- ¹⁶ Tradução brasileira: NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n° 10, pp. 07-28, 1993. Disponível em: <http://www.ahistcon.org/PHistoria10.pdf>. Acesso em março de 2014.
- ¹⁷ NEVES, M. de S. **Lugares de memória na PUC do Rio**, 2007. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/lugaresmargarida.htm>. Acesso em abril de 2014.
- ¹⁸ SILVA, H. R. Pierre Nora – homo historicus. **Revista Brasileira de História**, vol. 31, n° 61, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000100020. Acesso em abril de 2014.
- ¹⁹ ROUSSO, H. op. cit., p. 237.
- ²⁰ POMIAN apud ASSMAN, A. **Espaços da Recordação: formas e transformação da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011. p. 157.
- ²¹ Os textos posteriores de Nora sobre o assunto, publicados até o último volume da coleção *Lieux de mémoire*, em 1993, mostram mudança de tom e uma perspectiva crítica sobre o próprio fenômeno. Cf. a seguir.
- ²² NORA, P. La aventura de los lieux de mémoire. In: BUSTILLO, J. C. Memória e história. **Revista Ayer**, n° 32, 1998. pp. 17-34. Disponível em: http://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer32_MemoriaeHistoria_Cuesta.pdf. Acesso em abril de 2014.
- ²³ Cf. HARTOG, F. Tempo e história: como escrever a história da França hoje?. **História Social**, n° 3, 1996. pp. 217-154. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/89/84>. Acesso em abril de 2014; REVEL, J. O fardo da memória. In: **História e Historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: EDUFPR, 2010. pp. 249-264.
- ²⁴ CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- ²⁵ TAMASO, I. op. cit.
- ²⁶ CHOAY, F. op. cit.
- ²⁷ CHOAY, F. (Org.). **O Patrimônio em Questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.
- ²⁸ SETTIS, S. **El Futuro de lo Clásico**. Turín: Abada editores, 2004.
- ²⁹ MENEGUELLO, C. **Da Ruína ao Edifício: neogótico, reinterpretación e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. São Paulo: Annblume, 2008. pp. 83-84.
- ³⁰ A ruína como *presença* marca-se também pela formulação de uma ruína/tropo junto à ruína/objeto, um *índice do passado*, mas não o passado em si mesmo.
- ³¹ MENEGUELLO, C. op. cit.
- ³² Cf. CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001; FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

-
- ³³ HOBBSWAN, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. [2ª Ed.]
- ³⁴ TOMASO, op. cit., p. 29.
- ³⁵ FONSECA, M. op. cit.
- ³⁶ CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001; FONSECA, M. C. L. op. cit.
- ³⁷ RIEGL, A. A relação dos valores de memória com o culto dos monumentos. In: **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014. pp. 49-64.
- ³⁸ FABRIS, A. Os valores do monumento. In: RIEGL, A. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014. pp. 9-22.
- ³⁹ Para Riegl o mais importante do monumento histórico é que seu valor memorial ou não-memorial é tributário do aspecto sensorial ou plástico dele, sobre o qual a significação valorativa é investida. O passado, para Riegl, sobrevive quando abordado da perspectiva do monumento.
- ⁴⁰ CHOAY, F. (Org.). **O Patrimônio em Questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.
- ⁴¹ Cf. FONSECA, M. op. cit.; REAP, J. K. Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional. ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. pp. 65-80.
- ⁴² International Council of Monuments and Sites, organização não-governamental criada em 1965.
- ⁴³ ASSMAN, A. op. cit.
- ⁴⁴ HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, 2006. pp. 261-273. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em abril de 2014.
- ⁴⁵ NORA, P. La aventura de los lieux de mémoire. In: BUSTILLO, J. C. op. cit. pp. 17-34, 1998. Disponível em: http://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer32_MemoriaeHistoria_Cuesta.pdf. Acesso em abril de 2014
- ⁴⁶ DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ⁴⁷ O conflito e a não homogeneidade são um diagnóstico corrente sobre os estudos de patrimônio. Cf.: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. [2ª Ed.]; PAULA, Z. C. de (Org.). **Polifonia do Patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012. VELHO, G. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, vol. 12, nº 1, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009. Acesso em abril de 2014. Para uma crítica radical da homogeneização que a patrimonialização pode conferir às outras práticas culturais cf. JEUDY, H-P. **O Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- ⁴⁸ NORA, P. Comment écrire l'histoire de France? In: NORA, P. (Org.). **Les Lieux de Mémoire III: Les France 1 conflits et partages**. Paris: Gallimard, 1992. pp. 11-32. p. 23.
- ⁴⁹ HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

⁵⁰ Para Hartog tanto o lugar de memória como o giro patrimonial foram clivagens radicais que criaram um passado simulado do qual o presente seria uma continuidade. O atual regime de historicidade *presentista* encontraria no patrimônio um dos seus principais alicerces.

⁵¹ RÜSEN, J. **Razão Histórica**. Brasília: EDUnB, 2001.

⁵² NORA, P. op. cit. p. 11.

⁵³ GONÇALVES, J. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, n° 3, 2012. pp. 27-46. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em maio de 2014.

⁵⁴ Cf. HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, vol. 22, n° 36, pp. 261-273, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em abril de 2014; REVEL, J. O fardo da memória. In: **História e Historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: EDUFPR, 2010. pp. 249-264; RICOEUR, P. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

⁵⁵ REVEL, J. op. cit., p. 261

⁵⁶ HARTOG, F. op. cit., p. 139.

⁵⁷ GONÇALVES, J. op. cit.

⁵⁸ NORA, P. Comment écrire l'histoire de France? In: NORA, P. (Org.). op. cit., pp. 11-32. p. 20.

⁵⁹ GONÇALVES, J. op. cit., p. 34.

⁶⁰ *ibid.*, p. 40.

⁶¹ RICOEUR, P. op. cit., p. 420.

⁶² *ibid.*, p. 419.

⁶³ *ibid.*, p. 421.

⁶⁴ JEUDY, H. op. cit.

⁶⁵ A revitalização do Pelourinho em Salvador, nos anos 1990, foi um dos mais famosos empreendimentos de construção da simulação colonial em um bairro histórico no Brasil. A cidade fora higienizada, na habitação e nas edificações, adaptando tudo que não fosse 'condizente' com o ideal de 'histórico'. As populações pobres foram expulsas de lugares nos quais tinham vivência cotidiana para serem substituídas por outros agentes sociais relacionados, principalmente, ao turismo.

⁶⁶ Levanta-se a hipótese de que a noção de patrimônio imaterial, por exemplo, possa *significar formas de reconstrução mítica* do passado de diferentes comunidades na esfera pública como afirmação de pertencimentos locais, numa instrumentalização da cultura e da identidade como armas.

⁶⁷ Sobre o debate da história pública cf.: ALMEIDA, J., ROVAI, M. op. cit.

⁶⁸ ROUSSO, H. op. cit., p. 236.

⁶⁹ RILLA, J. Historias en segundo grado: Pierre Nora y los lugares de la memoria. In: **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.

⁷⁰ Cf. OLIVEIRA, M. M. D. de; FREITAS, I. **Formação do profissional de história na contemporaneidade**. 2014. (texto mimeografado de circulação restrita); RÜSEN, J. Didática da história: passado, presente e perspectivas na área da educação histórica. In: RÜSEN, J. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. pp. 23-40; SADDI, R. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum Education**, vol. 34, n° 2, 2012, pp. 211-220. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/16989/pdf>.

Acesso em abril de 2014.

⁷¹ ZAHAVI, G. op. cit.

⁷² TAMAZO, I. op. cit.